Prefácio

Angela de Castro Gomes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GOMES, A. C. Prefácio. In.: NASCIMENTO, D. R. *As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 11-16. História e saúde collection. ISBN: 978-65-5708-114-3.

<https://doi.org/10.7476/9786557081143.0001>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Prefácio

O título deste livro fixa, para qualquer leitor, o sentido de uma palavra-chave: peste. Ao se abrir o dicionário, a palavra está definida como 'calamidade', 'flagelo' e como 'doença' contagiosa grave, epidemia com grande poder de mortandade. Em sentido figurado, peste é toda pessoa ou coisa má, funesta e perniciosa, capaz de causar medo e espanto. Mas como a língua portuguesa no Brasil traduz as enormes riquezas e ambigüidades de nossa cultura, a palavra peste pode também ser dotada de significado positivo, quando se diz que "um cabra é bom da peste". Contudo, neste livro, é com o significado primeiro, altamente negativo e ameaçador, que a palavra peste será tratada. Isso porque, ela está diretamente associada ao tipo de mal que constitui seu sentido original e maior: a doença. Um tipo de mal que, por princípio, a todos pode atingir, independentemente de fronteiras geográficas e sociais e, diante do qual, sobretudo em certos casos, o homem se vê sem qualquer proteção.

Não é casual, portanto, que entre os quatro terríveis cavaleiros do Apocalipse, uma das mais potentes representações do mal no imaginário ocidental, um seja a peste em formato de doença. Não é casual, igualmente, que em modernas teorias de ciência política, a doença contagiosa que mata muito e rapidamente seja escolhida como a melhor figuração do que se chama 'mal público', quer dizer, um mal que a todos pode atacar sem qualquer limite, exigindo, por isso, a mobilização da sociedade e a intervenção efetiva do Estado. A peste, como doença, é, assim, um fato biológico e político, sendo potente estimulador de representações sociais e de políticas públicas.

Em sentido amplo, é precisamente essa a problemática que o livro enfrenta ao trabalhar com as duas pestes do século XX: a tuberculose e a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids). Dilene Raimundo do Nascimento, formada em Medicina, realizou a pesquisa como tese de doutorado em História, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tal formação esclarece, em boa parte, a densidade e originalidade do tipo de abordagem realizada. Isso porque, como se diz desde o início, não se trata de realizar uma história dessas doenças sob o ponto de vista de conceituações biológicas, mas de acompanhar, de forma comparada, as representações construídas sobre elas como estratégia crucial para a compreensão de como foram conceituadas e enfrentadas pela sociedade e pelo Estado. A hipótese que orienta toda pesquisa, por conseguinte, é a de que nenhum fato, ação ou visão correlacionados às duas doenças poderiam ser entendidos sem levar em conta a dinâmica cultural que os preenche de sentidos simbólicos. Ou seja, que nada que envolva tais doenças pode ser encarado como 'neutro/objetivo', nem em termos científicos, nem políticos, nem em quaisquer outros termos. Tudo que vem a elas relacionado, absolutamente tudo, vem carregado de grande força simbólica. E, nos dois exemplos, a força é a do medo de aniquilamento físico e moral dos indivíduos e da sociedade como um todo, razão pela qual o Estado até pode tardar a participar dessa história, mas dela não consegue escapar.

Este livro traz uma história comparada das representações sociais de duas doenças consideradas internacionalmente como as pestes do século XX, mas delimitadas no contexto da sociedade brasileira, com questões e em períodos de tempo bem específicos, como requer a boa metodologia da disciplina. Assim, a tuberculose e a Aids tiveram o estudo de suas representações circunscritos aos contextos históricos em que ambas eram consideradas doenças transmissíveis e incuráveis. Vale dizer, a tuberculose, das décadas finais do século XIX até os anos de 1920, quando se estabeleceram políticas públicas para seu enfrentamento, o que foi assinalado pela criação da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose. A Aids, a partir de sua identificação e definição como um 'novo mal', por volta do início da década de 1980 até o ano de 1996, quando se passou a conhecer e administrar um tipo de tratamento – o chamado coquetel –, que permitiu que se cunhasse a expressão/percepção, 'viver com Aids'.

Dois momentos paradigmáticos: um abrindo e o outro fechando o século XX. O que permite uma incursão sobre formas de mobilização social

e políticas públicas no Brasil que, como a autora demonstra, guardam várias convergências e também divergências esclarecedoras. Mas não se pense que a tuberculose entra nessa história como uma doença do 'passado' *pari passu* à Aids, uma doença 'moderna', que assolaria os corpos e mentes do século XXI. A tuberculose, se não é mais uma doença incurável, como era no início do século XX, mata assustadoramente no mundo atual. Segundo balanços recentes, cerca de dois a três milhões de pessoas morrem anualmente por ação de uma das maiores assassinas da humanidade, como é tratada, pelos médicos, a bactéria causadora da tuberculose. Com tal advertência de fundo, o presente livro ganha ainda maior importância e contemporaneidade, pois se muito já foi feito no enfrentamento de ambas as doenças, muito ainda há que se fazer.

A pesquisa publicada propõe uma reflexão comparada sobre o tipo de respostas articuladas pelos diversos agentes sociais nela envolvidos, a começar pela comunidade médica e pelos próprios doentes, passando por segmentos da sociedade mais ou menos organizados em movimentos sociais, até alcançar o aparelho de Estado, produzindo-se então políticas públicas. Uma trajetória cheia de percalços, de idas e vindas, que sempre está carregada das representações compartilhadas sobre tais doenças. Por essa razão, um dos pontos altos do trabalho é a análise de como se desenvolvem mecanismos de estigmatização dos vitimados, o que está profundamente vinculado às explicações construídas para as 'causas' das doenças, o que nos remete tanto à situação do conhecimento científico (seria melhor dizer da ignorância) sobre elas quanto do imaginário coletivo que as teme e representa de formas ambíguas e ameaçadoras.

No caso da tuberculose, também chamada de peste branca, vale lembrar uma certa romantização ocorrida em determinadas épocas, o que se associava a nomes de intelectuais e musas inspiradoras que sofriam da doença. No Brasil do século XIX, literatos como José de Alencar, Castro Alves e Álvares de Azevedo tiveram tuberculose; já no século XX, o boêmio e compositor Noel Rosa, dentre muitos outros famosos. Mas esse 'charme', digamos assim, não afastava o medo da morte certa e sofrida, nem frequentava o ambiente das fábricas, sobretudo as de tecidos, onde um operariado, em grande parte composto por mulheres trabalhando em péssimas condições de higiene, tinha na doença quase um destino previsível. Nenhum romantismo, nesses casos; apenas uma doença operária, fruto de muita pobreza e falta de alternativas. Algo razoavelmente distinto do que

acontece quando dos primeiros casos identificados como Aids. Então, as representações sociais das 'causas' dessa doença, que demora um pouco para ser considerada 'nova', são exemplares de seu tempo histórico. Elas vão da hipótese de um vírus criado em laboratório – um desses laboratórios de agências tão secretas quanto completamente destituídas de escrúpulos, que a Guerra Fria e o cinema de ficção científica nos fez conhecer –, até a sempre potente idéia de um castigo divino, adequada à defesa da moral e dos bons costumes. A luxúria e o desregramento físico e moral de homens e mulheres trazia conseqüências terríveis para eles mesmos e para a sociedade, uma vez que tais 'pecadores' se transformavam em portadores da morte em cadeia, devendo ser temidos e afastados do convívio maior.

Tanto no caso da tuberculose quanto no da Aids, essas representações tiveram forte circulação, impactando possibilidades de ação contra as doenças. Nesse sentido, o estudo de Dilene Raimundo do Nascimento mostra uma dinâmica muito interessante ao comparar o que ocorre no Brasil na mobilização para o combate à tuberculose e à Aids. Em ambos há, sem dúvida, uma primeira mobilização da sociedade, envolvendo os próprios doentes e aqueles que lhe estão próximos e/ou lhe são solidários por variados motivos. Mas há distinções que evidenciam o avanço dos movimentos sociais no país, o que tem a ver com o avanço internacional da mobilização social, traduzido no aparecimento das chamadas organizações não-governamentais, as ONGs, a partir da segunda metade do século XX. Assim, as primeiras mobilizações contra a tuberculose vieram de lideranças do campo médico em aliança com intelectuais e políticos, tendo em vista a articulação de campanhas que esclarecessem a população sobre os meios de evitar o contágio e tratar da doença, tornando-a conhecida. Daí resulta a formação de movimentos e instituições sociais com finalidades humanitárias e patrióticas, pois as primeiras décadas do século XX foram um tempo de nacionalismos e de combate aos males que provocavam o atraso do país. Dentre eles, com destaque, estava a doença, sendo a tuberculose das mais fatais.

A Liga Brasileira contra a Tuberculose, organizada em 1900, é o melhor exemplo desse grande esforço. Sua atuação por meio da propaganda, feita em conferências e diversas campanhas 'publicitárias', exemplarmente estudadas pelas imagens de seus cartazes, teve desdobramentos significativos, quer no que diz respeito à conscientização da sociedade, quer no que se refere à pressão exercida sobre o Estado. Nesse sentido, a

criação da Inspeção de Profilaxia da Tuberculose, em 1923, é uma espécie de coroamento dessas ações, incorporando suas prescrições quanto à importância dos dispensários e das enfermeiras visitadoras no tratamento da doença e na formação de pessoal especializado para fazê-lo. A Liga, sustentada por doações de sócios, de igrejas, de empresários e também do poder público, foi a única a cuidar da questão da tuberculose, por mais de uma década, sendo integrada por vários médicos, muitos dos quais se tornaram tisiologistas por terem sido portadores da doença. Mas, como a autora observa muito bem, não era com a identidade de ex-tuberculosos, de vítimas da 'peste branca', que esses homens falavam para a sociedade e para o Estado. Era com a autoridade da ciência e acreditando na medicina, como instrumento de modernização e progresso do país, que eles assumiram a liderança do movimento e, igualmente, a formulação e execução de políticas públicas, quando elas passaram a existir.

Algo diverso do que ocorreria na década de 1980, quando da mobilização social voltada para o combate à Aids. Após a identificação e a ocorrência das primeiras mortes que atingiram homossexuais, toxicômanos e hemofílicos, um processo talvez mais duro e certamente mais rápido de estigmatização da doença e dos doentes se desencadeou. Porém, como a pesquisa destaca, eles resolveram não morrer em silêncio e se mobilizaram formando organizações numa velocidade tão grande quanto a da disseminação da Aids e a do pânico que ela desencadeou. Portanto, nesse exemplo, são os próprios vitimados, naturalmente aliados aos que lhes são solidários, que vão capitanear as ações e demandas de enfrentamento da Aids. Diferentemente dos movimentos contra a tuberculose, é do lugar de doentes condenados à morte e com a voz e autoridade daqueles cujo interesse e missão é salvar basicamente o outro e reconquistar a auto-estima, que tais movimentos emergem. A legitimidade que constroem está assentada no sofrimento e no conhecimento dos que padecem de Aids. Enfim, na verdade da sinceridade daqueles que sabem que vão morrer. Algo viável e valorado positivamente no fim do século XX, e que possivelmente era muitíssimo mais difícil e arriscado no início do mesmo.

Trata-se de uma experiência nova e impactante para a sociedade brasileira. Nenhuma doença ou calamidade havia produzido tão rapidamente tantas ações de mobilização social, tantas pesquisas no campo médico e tão rápido envolvimento do Estado. Certamente, foi devido ao ritmo desses eventos – muito indicativo da aceleração dos acontecimentos do tempo

presente – que, como o livro demonstra, evitou-se conseqüências ainda mais devastadoras desse mal no Brasil. Entre o início da década de 1980, quando se começa a morrer de Aids no país, e o da década de 1990, quando as primeiras políticas públicas são encetadas com a montagem da Comissão Nacional de Aids em 1990, vive-se um intenso processo de tomada de consciência sobre o que é a doença, como evitá-la e, por fim, de como é possível viver com Aids.

Dessa forma, o estudo comparativo deixa claro que, nos dois casos, o Estado não intervem rapidamente no combate às doenças, e isso não se deve à ausência de propostas, articuladas por movimentos sociais ativos e também por setores do próprio governo. Ao contrário do que se afirma muito freqüentemente, a sociedade brasileira não se mostra insolidária, desarticulada e à espera de um movimento do Estado. Ela se agita e se organiza, pressionando o Estado e demandando sua ação diante do ‘mal público’, pois há questões, como a do estudo, em que apenas políticas públicas têm eficiência. Um bom ponto para se pensar, uma vez que uma certa cultura política, ainda muito em voga, insiste em reafirmar a ‘incapacidade’ da sociedade, eternamente ‘dependente’ das dádivas do poder público, o que se articula a uma crença na existência de uma espécie de deficiência ontológica para se construir um regime democrático no país. Evidentemente, entre o exemplo da mobilização social contra a tuberculose e contra a Aids há muitas diferenças, que não são só de ritmo. Evidentemente também, o impasse a que a ciência médica (nacional e internacional) foi submetida tem hoje outras dimensões e urgências. Mas o que releva e o que quero destacar é a centralidade da mobilização de grupos sociais e a dinâmica que ela desencadeia sobre a sociedade mais ampla e sobre o Estado.

As pestes, como já se observou, têm imenso poder de mobilização, o que é aliás compatível com seu poder de destruição. Por isso, são capazes de produzir inovações, desencadeando inusitados mecanismos de solidariedade, além de linguagens e símbolos comunicativos, despertando e solidificando dos homens o que eles têm de melhor. Um aparente paradoxo, que este livro percorre com precisão, riqueza e criatividade.

Angela de Castro Gomes

Historiadora, doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FVG)